

A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO: A COBERTURA DA GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS POR VEJA, CARTA CAPITAL, ISTOÉ E ÉPOCA

Andressa Costa Prates¹

Resumo

O artigo aborda a atuação das revistas *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época* na cobertura da greve das universidades federais no ano de 2012. Tendo como princípio norteador a concepção gramsciana de imprensa como partido político. Outro conceito importante para a compreensão da atuação da imprensa enquanto um partido político é o de “campo social”. O campo da comunicação é influenciado por outros campos, principalmente pelos campos político e econômico. Sendo assim, a imprensa disputa por autoridade e legitimidade com os demais campos sociais, o que constitui a heteronomia do campo da comunicação.

Palavras-chave

Greve; universidades; partido político; campos sociais.

Abstract

The article discusses the role of magazines *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* and *Época* in covering the strike of federal universities in the year 2012. It takes as a guiding principle Antonio Gramsci's conception of the “press as a political party”. Another important concept for understanding the role of the press as a political party is the “social field”. The field of communication is influenced by other fields, especially the political and economic fields. Thus, the agents within the journalistic field fight for authority and legitimacy with agents within other social fields, and so become vulnerable. That tends to constitute the heteronomy of the communication field.

Keywords

Strike; universities; political party; social field.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema se deu pela percepção de descaso e omissão da mídia brasileira na veiculação dos fatos em torno do movimento grevista nas instituições federais de ensino superior. Durante o período de greve, que perdurou quatro meses (de maio a setembro de 2012), a grande mídia brasileira trabalhou o assunto de maneira que descontentou professores; na maioria das matérias jornalísticas, foram enfatizados apenas os prejuízos do movimento. As manifestações feitas em favor da paralisação dificilmente eram noticiadas. As pautas de reivindicação dos docentes foram pouco divulgadas pelos meios de comunicação. A mídia procurou enfatizar apenas a reestruturação da carreira e melhoria salarial que eram apenas algumas das lutas dos docentes. Ao término da greve, constatou-se que a grande maioria das reivindicações docentes não foram atendidas e, mesmo a recomposição salarial e a reestruturação da carreira, viriam a ser implementadas de modo que tendem a trazer prejuízos aos docentes no médio prazo, muito longe de simulacro midiático que serviu de apoio à divulgação das propostas do governo, que se tornariam lei já em 2012.

Tendo isso em conta, foi escolhido como *corpus* de análise as publicações das revistas de referência de grande circulação as quais, segundo Aluizio Alves Filho (2000, p. 105), são as “que estruturam-se como indústria cultural e frequentemente são apontados pelas instituições de pesquisa entre os [veículos] de maior vendagem”. No entanto, optou-se por suas publicações no meio digital, pois é o mais acessível. Foram escolhidas quatro revistas: *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Sendo analisadas reportagens e artigos das revistas, veiculadas no meio digital, relacionadas com o tema da greve das universidades federais, no período que compreende a terceira semana de maio de 2012 até a quarta semana de setembro do mesmo ano, uma vez que a greve foi deflagrada em 17 de maio e finalizada oficialmente em 16 de setembro de 2012.

Levando-se em consideração o ideal de objetividade, o papel da imprensa deveria ser apenas o de informar. Mas sabe-se que, principalmente, quando se trata de assuntos polêmicos, a imprensa, e a mídia em geral, ultrapassam os limites de seu próprio campo social. Na divulgação de temas que envolvem o campo político, como no caso analisado – a cobertura da greve nas universidades federais –, muitas vezes a imprensa atua como

partido político. Em face disso, a teoria gramsciana da imprensa como partido político é um dos rumos que norteiam o presente estudo.

2 ACONTECIMENTOS PROEMINENTES

2.1 Breve histórico das revistas analisadas

Em 1968 foi fundada a revista *Veja* pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, seu primeiro editor, pela Editora Abril. *Veja* inaugurou, a exemplo da americana *Times*, um novo estilo de fazer revistas no país, as revistas de informações semanais. Atualmente, *Veja* é a revista de maior circulação no Brasil tem em torno de 900 mil assinantes.

Em 1977 foi fundada pela Editora Três, de criação de Mino Carta, a revista *IstoÉ*, mais uma de informação semanal. A revista, “também publicava matérias de impacto de jornalismo investigativo” (CORRÊA, 2008, p. 222). *IstoÉ* declara-se independente e combativa.

A revista *Carta Capital* foi inaugurada em 1994 pelo jornalista Mino Carta e publicada pela Editora Confiança. Segundo palavras da própria revista ela “nasceu calcada no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste” (site da revista). Atualmente *Carta Capital* tem uma tiragem de 65 mil exemplares semanais.

Época fundada em 1998, pela Editora Globo, é mais uma revista de informação semanal. Segundo dados de junho de 2007, publicados por Corrêa (2008, p.229), *Época* é a segunda revista de maior vendagem no país, atrás apenas da *Veja*, com uma média de 428 mil exemplares vendidos por edição.

2.2 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi fundado em 1981. Inicialmente era uma associação, somente após a promulgação da Constituição da República, em 1988, a entidade passou a sindicato. Entidades que

compõem o quadro associativo do ANDES-SN são chamadas de seções sindicais de docentes. Elas estão espalhadas por várias universidades, possuem “autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira (Art. 44, § 2º, do Estatuto)” (Seção Sindical da UFSC). De acordo com o sindicato da UFVJM, existem 110 seções sindicais filiadas ao ANDES-SN, distribuídas por todas as regiões do país. Somente no Rio Grande do Sul são cinco seções sindicais: ADUFPEL, da Universidade Federal de Pelotas, APROFURG, Universidade Federal de Rio Grande, SEDUFMS, da Universidade Federal de Santa Maria, SESUNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa e SSIND, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O ANDES-SN tem o objetivo de atuar pela defesa da qualidade das universidades públicas e na defesa da carreira dos docentes das instituições federais de ensino. Dentre as pautas vigentes do Sindicato estão: manutenção e ampliação do ensino público gratuito e de qualidade socialmente referenciado; autonomia e funcionamento democrático das universidades públicas e de direito privado, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades; carreira única para os docentes das instituições de ensino superior; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira; garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade e no exercício das funções e das atividades acadêmicas; garantia do direito à liberdade de organização sindical em todas as instituições de ensino superior. (dados obtidos no site da UFVJM).

O Sindicato atuou em defesa da universidade pública, na busca por melhores condições de trabalho aos docentes, verbas para educação, reajuste salarial, melhorias para a educação pública, aposentadoria integral, dentre outras lutas que levaram à deflagração de um histórico amplo de greves.

2.2.1 Deflagração da greve

O histórico de greves deflagradas pelo ANDES-SN é composto por dezoito paralisações do ano de 1980 até o ano 2012. A paralisação mais longa e que contou com maior

número de instituições aderidas ao movimento foi a última, em 2012: foram quatro meses de greve.

No dia 17 de maio de 2012, o Sindicato comunica a deflagração nacional da greve nas universidades e institutos federais, de início com 33 instituições engajadas no movimento. Os docentes reivindicavam, sobretudo, a reestruturação da carreira e a valorização e melhoria das condições de trabalho. Algumas das negociações já vinham sendo discutidas desde 2010. Logo após a deflagração de greve, vários setores da sociedade demonstraram apoio aos professores. Funcionários das instituições de ensino e diretórios acadêmicos de praticamente todas as universidades também decretaram greve. Ao todo, 95% das Universidades Federais, 95% dos Institutos Federais de Educação e 100% dos Centros Federais de Educação Tecnológica decretaram greve.

A primeira reunião entre o Comando Nacional de Greve e representantes do governo foi em cinco de junho, após manifestação dos docentes na Esplanada dos Ministérios, que reuniu mais de 15 mil pessoas. A primeira proposta apresentada pelo governo aos docentes foi no dia 13 de julho, a qual foi rejeitada pelo ANDES-SN, pois o sindicato considerou que a proposta em vez de melhorias traria prejuízos à carreira docente. Em nova reunião, em 24 do mesmo mês, o governo manteve a proposta anterior, e os docentes em greve a rejeitaram novamente. Em 1º de agosto, os docentes e representantes do governo reuniram-se mais uma vez: na ocasião, o governo declarou que assinaria acordo com o PROIFES - Federação, situação que causou revolta entre os docentes, pois, segundo os representantes do ANDES-SN, a entidade não possui representatividade pelo pequeno número de universidades que compõem a sua base.

No dia 16 de setembro de 2012, o Comando Nacional de Greve (CNG) comunicou o fim do movimento grevista. Em 28 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei N° 12.772, que dispõe sobre o plano de carreiras e cargos do magistério federal.

2.3 Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES)

As duas principais organizações sindicais de docentes são o ANDES-SN e o PROIFES. Sendo que, o PROIFES não é um sindicato, mas sim uma federação. Por este motivo,

quando o governo federal firmou acordo entre as universidades ligadas ao PROIFES, os docentes filiados ao ANDES-SN revoltaram-se. Pois este, enquanto sindicato, é amparado pelo princípio da unicidade sindical, o que foi inclusive reconhecido judicialmente, em ação disputada pelas duas entidades no STJ.

De toda sorte, de acordo com o seu estatuto, “O PROIFES - Federação é órgão que congrega os Sindicatos de Professores do Ensino Superior Público Federal a ele federados, nos termos deste Estatuto, constituindo-se para fins de defesa dos interesses de seus sindicalizados, bem como para realizar as finalidades e os objetivos firmados neste Estatuto”.

3 OS CAMPOS SOCIAIS E A NOÇÃO DE AUTONOMIA

Campo é um dos principais conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo o autor:

Em termos analíticos, um campo pode-se definir como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições. Estas posições definem-se objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes, quer sejam agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) – cuja posse implica o acesso aos lucros específicos que estão em jogo dentro do campo – e, por conseguinte, por suas relações objetivas com as demais posições (dominação, subordinação, homologia etc.). BORDIEU E WACQUANT (1995, p. 64 apud MIRANDA, 2005, p. 79).

O que possibilita a existência de um campo social é a sua autonomia, ou seja, sua capacidade de existir sem a dependência de outros segmentos, de outros campos sociais. O termo autonomia é oriundo de duas palavras gregas, *autós* que significa “de si mesmo”, e *nomia* que significa “lei”.

Outro critério para a existência de um campo, conforme Miranda (2005, p. 179) “é o capital específico, detentor de valor superior no interior do campo”. No caso do campo

jornalístico, o autor considera que este valor seja a credibilidade. Para Bourdieu, é a autonomia que “possibilita o funcionamento de um campo qualquer de acordo com sua lógica específica” (ibidem, p. 129). Já a heteronomia, oposto da autonomia, leva um campo a operar conforme as lógicas que lhe são impostas externamente.

Em relação ao campo jornalístico, “um veículo [...] é mais autônomo quanto maior for o mercado de leitores e de anunciantes” (MIRANDA, 2005, p. 111). Conforme o autor, o campo político é o que mais age sobre o campo jornalístico, por meio das dominações material e simbólica; a primeira refere-se às pressões econômicas de um governo, enquanto a dominação simbólica refere-se à luta pela legitimidade e autoridade.

Nessa perspectiva, segundo Casarin (2010, p. 5), em relação à influência do campo midiático sobre outros campos, especialmente o político e o econômico:

[...] na conjuntura atual, o campo midiático penetra o campo político sob pretexto de fiscalizar o poder público e age intimamente ligado às regras de mercado do campo econômico. Mas faz isso, inserindo interesses semelhantes aos de um partido político na informação do dia a dia.

Diferente de outros campos, o jornalístico não tem garantida sua autonomia, que varia, por exemplo, conforme o mercado, ou seja, conforme a vendagem, estando sujeito às dominações econômicas e de poder de seus anunciantes e/ou do governo. Já a autonomia universitária, além de garantida em forma de lei, tem um longo histórico de lutas à sua conquista.

3.1 Autonomia Universitária

Do ponto de vista normativo, a autonomia universitária está garantida pela Constituição da República de 1988, no artigo 207, disposto da seguinte maneira:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).

A definição do conceito de autonomia é debatida entre vários autores. Uns a consideram como “a negação de qualquer limite ou vínculo, independência e autodeterminação; outros a vêem como uma independência relativa, autodeterminação limitada e liberdade concedida para um fim específico”. (OTRANTO, s.d., s. p.). Para Miranda, “a autonomia está associada primordialmente à continuidade da produção de acordo com lógicas próprias – internas – do “campo” no qual se realizam” (2005, p. 90-91).

Durante o período da ditadura militar brasileira, as universidades ficaram à mercê das ações dos militares que invadiam as instituições, prendiam professores e estudantes suspeitos de agir contra o regime. Como aconteceu na UnB, invadida oito vezes durante o período ditatorial, como descrevem Lourenço Filho e Porto (2008, s. p.). Ainda segundo os autores:

Essas ações do governo militar se dirigem contra a própria função pública e social da universidade, cujo desempenho depende do reconhecimento de sua autonomia, em todas as dimensões previstas na Constituição de 1988. E esse reconhecimento pressupõe um contexto democrático, em que o pensamento crítico encontre um ambiente que lhe proporcione livre curso.

Os antecedentes para tanto têm como principal marco histórico, à conquista da autonomia universitária, *El Cordobazo*, movimento estudantil da Argentina, acontecido em 21 de junho de 1918. O processo que culminou com o Manifesto decretado em junho se deu por conta do enorme descontentamento entre os estudantes de Córdoba acerca do conservadorismo eclesiástico que interferia em todos os setores da Universidade. O descontentamento e as manifestações espalharam-se por todo o país. Em 11 de abril de 1918 o presidente argentino, Hipólito Yrigoyen, decretou intervenção na Universidade, e iniciou-se a reestruturação universitária com características liberais. Foi feito um novo estatuto e abertas vagas para os cargos de reitor e para os membros do Conselho. Três candidatos disputaram a reitoria. O “resultado foi desastroso para os estudantes, que viram seu candidato Martínez Paz terminar em último lugar e assistiram

à vitória do mais conservador entre os concorrentes, Antonio Nores” (FREITAS NETO, 2011, s. p.). Os estudantes decretaram greve e, em seguida, obtiveram apoio de sindicatos, intelectuais e políticos esquerdistas. Então, em 21 de junho, foi aprovado o Manifesto Liminar, redigido por Deodoro Roca. Segundo Freitas Neto (2011, s. p.), “O documento é considerado pelos pesquisadores da história das universidades latino-americanas a principal carta de princípios apresentada até então”. No entanto, mesmo com a sua publicação, a atividade política dos estudantes continuou:

O impasse na Universidade de Córdoba prosseguiu pelos meses seguintes: os estudantes em greve geral e a administração querendo conter os ímpetus reformistas. O bispo de Córdoba chegou a emitir uma Carta Pastoral condenando a mobilização estudantil que ganhava adeptos externos à Universidade. No mês de julho, realizou-se o I Congresso Nacional de Estudantes Argentinos. Reunidos em Córdoba, definiram de forma mais consistente o que havia sido apresentado no Manifesto de 21 de junho. (ibidem).

Em síntese, as lutas dos estudantes argentinos eram em favor de mudanças nos mecanismos administrativos, de ensino e da prática docente. Essas convergiram ao ideário da autonomia universitária.

No Brasil, o princípio só foi institucionalizado na década de 40 do século XX. Atualmente, é o ANDES-SN a entidade sindical que busca assegurar a autonomia das universidades públicas brasileiras.

No que diz respeito à imprensa, também existem condições para a autonomia do campo jornalístico. Não obstante, para legitimar seu poder e garantir credibilidade junto à sociedade, ele tende a tensionar outros campos. Utiliza-se, por exemplo, de agentes “autorizados” de outros campos para a validação do discurso jornalístico produzido. Assim, por meio da violência simbólica, o campo jornalístico tem como objetivo conquistar e manter sua hegemonia. Para tanto, tende a atuar recorrentemente como partido político.

4 IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO

É de Antonio Gramsci, italiano que viveu na primeira metade do século passado, a noção de imprensa como partido político. Para que haja a compreensão do conceito, faz-se necessário o entendimento do modo por meio do qual a imprensa age como um partido político e do espaço em que ela está inserida. Primeiro, a imprensa opera como um partido político, pois busca atingir e manter sua hegemonia e, assim, acaba assumindo dimensões do campo político.

O espaço de atuação da imprensa é a sociedade civil. Conforme Gramsci, ela é um espaço de lutas, conflitos, onde as classes buscam conquistar direção política e ideológica. Na sociedade civil, os organismos sociais são os responsáveis pela difusão de ideologias. Esses organismos são os aparelhos privados de hegemonia, dos quais faz parte a imprensa.

A hegemonia influi no campo das ideias e na “cultura” da população, sendo assim, de extremo valor reconhecer as implicações dos valores hegemônicos passados pelos meios de comunicação. Wilson Gomes (2004, p. 194-195), ao tratar do conceito de hegemonia em Gramsci, trazendo-o para a comunicação contemporânea, afirma:

a busca de hegemonia se torna luta pelo poder de conduzir a opinião pública através da comunicação. Uma tal luta que já estaria acontecendo, com evidente vantagem para as classes hegemônicas, que possuem os meios e gerenciam as mensagens, dessa forma obtendo o consentimento necessários dos subalternos.

Em relação ao poder da imprensa sobre a opinião pública, Sousa (1998, p. 70) vai além:

Através da imprensa, o Estado maneja explosões de pânico ou entusiasmos fictícios para direcionar a opinião pública e chegar a seus objetivos. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública, para que uma única vontade modele as demais e torne-se a vontade política nacional, dispersando aquelas que não forem coincidentes.

A imprensa tem, portanto, um importante papel na difusão e formação intelectual dos seus leitores, sendo um aparelho hegemônico, “a imprensa torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político” (GRAMSCI apud BRAVO, 2011, p. 11). Se a ideologia é fundamental na determinação das ações práticas dos homens, a luta pela construção de uma hegemonia, pela conquista de um consenso, dá-se, não só no plano político, econômico ou social, mas também no terreno das práticas e instituições culturais. Daí a importância que o jornal, que é a “escola dos adultos” (ibidem, p. 229), assume no projeto de poder político e cultural da classe operária, pois as relações hegemônicas são também relações pedagógicas, segundo o autor, a opinião pública “é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força, (...) é o conteúdo político da vontade política pública” (ibidem, p. 265).

Para a compreensão da noção de imprensa como partido político e a análise correta das concepções e configurações partidárias, difundidas pelos veículos de comunicação, faz-se necessário um estudo aprofundado das relações entre os atores sociais em disputa.

5 ANÁLISE DO MATERIAL

Neste trabalho foram analisadas todas as matérias (reportagens e artigos) publicadas nas edições digitais das quatro revistas referidas, no que abordam o tema da greve das universidades federais. Foram incluídos na análise os textos que mencionavam a greve do funcionalismo em geral, desde que contivessem informações acerca da greve nas universidades. No total das revistas analisadas, constatou-se a presença de 66 edições relacionadas ao tema, distribuídas da seguinte maneira: 33 edições na revista *Veja*, 14 na revista *Carta Capital*, sete na revista *Época* e 12 edições na revista *IstoÉ*.

Para investigar se as revistas *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época* configuraram-se como partido político, na cobertura da greve nas universidades federais, utilizou-se categorias de análise para a verificação da atuação partidária da imprensa, propostas por Gramsci (SILVA, 2005, p.22). Essas categorias são divididas em “táticas” e “tomadas de posição”. As táticas são: (1) formulação, (2) organização e (3) policiamento; enquanto

as tomadas de posição são divididas em: (4) expansão das bases de apoio, (5) consolidação do consenso de grupo e (6) ataque ao inimigo/adversário.

As táticas têm por objetivo formular uma ideia, ou concepção, juntamente com a tática de policimento por meio da qual a revista fiscaliza o campo político (CASARIN, 2010, p.14). A tomada de posição é a maneira como a revista manifesta-se, denotando um posicionamento político. Ela atua visando a consolidação de um consenso, ou seja, busca consolidar uma opinião sobre determinado assunto entre os agentes para os quais o discurso destina-se, seja um grupo de leitores, de políticos, de docentes etc. A expansão das bases ocorre na medida em que o veículo visa ampliar o apoio sobre determinado assunto, o qual defende em seu discurso. Já o ataque ao inimigo/adversário é o posicionamento mais evidente da revista em que o adversário é combatido.

De modo recorrente, encontraram-se as categorias propostas nas quatro revistas, o que demonstra que tenderam a configurar-se como partido político em relação à greve nas universidades federais. Apesar das categorias serem complementares, procurou-se analisar a tática e/ou tomada de posição predominante nos textos, embora em algumas matérias tenha sido constatada a presença de mais de uma categoria, algumas das quais foram analisadas conjuntamente.

A distribuição das categorias encontradas em cada revista pode ser analisada no quadro abaixo:

QUADRO 1: CATEGORIAS DE ANÁLISE DIVIDAS EM EDIÇÕES.

| CATEGORIAS | VEJA | CARTA CAPITAL | ÉPOCA | ISTOÉ |
|-----------------------------------|--|---|-----------------------------|--------------|
| Formulação | 23 de maio 11 de julho 13 de julho | – | 24 de agosto 1º setembro | 24 de agosto |
| Organização | – | – | 24 de julho | – |
| Policimento | – | 15 de junho | – | – |
| Consolidação do consenso grupo | 13 de julho | 15 de junho 09 de julho 25 de julho | 24 de julho | – |

| | | | | |
|------------------------------|---|-------------|--|-----------------------------|
| | | | | |
| Expansão das bases de apoio | 02 de agosto | 25 de julho | 1º setembro 08 de julho 17 de agosto | 29 de junho |
| Ataque ao inimigo/adversário | 11 de julho 14 de agosto 22 de agosto | – | 08 de julho 17 de agosto | 05 de junho 24 de agosto |

FONTE: O AUTOR

A seguir, desenvolvem-se análises específicas de cada edição, separadas por categorias em ordem cronológica:

Formulação:

Durante a greve nas universidades federais o ministro da educação, Aloísio Mercadante, fez uma infeliz comparação entre os problemas de infraestrutura das universidades com as dores de um parto. O que foi veiculado pela revista *Veja* na edição do dia 23 de maio de 2012.

Mercadante compara problemas de infraestrutura das universidades federais a 'dores do parto'. (Carolina Freitas).

No texto constata-se a tática de formulação usada pelo ministro Mercadante, quando defende a ideia de que a greve das universidades federais não tem razão de ser.

“É um privilégio um aluno poder entrar numa universidade pública”. “Não me lembro de nenhuma greve semelhante, sem razão de ser”.

Segundo Mercadante, assim como as dores de um parto, são os problemas referentes à expansão das universidades; são incômodos, mas necessários para o crescimento das instituições e irrelevantes perante as obras realizadas pelo atual governo. Em relação aos problemas estruturais, o ministro afirmou, são “marginais diante do volume de obras que fizemos”.

Outra edição da mesma revista em que é constatado o uso de formulação é no dia 11 de julho:

Reuni: CGU aponta 'sistemática de atrasos' em obras das universidades federais. (Natália Goulart e Leticia Maggi).

A ideia de crítica ao funcionalismo público é constatada na fala do economista Raul Veloso, quando este afirma: “A morosidade do sistema público não é novidade”. Pode-se compreender que há a formulação da ideia de que o sistema público é falho no país, a defesa da concepção de Estado mínimo, liberalismo econômico, características do neoliberalismo, ideário historicamente apoiado pela revista. Apesar de ser a visão do economista, a maneira como a revista enfatiza sua colocação ao não abrir espaço para outra opinião, passa aos leitores a ideia de que a culpa pelos atrasos nas obras é do sistema público brasileiro que seria falho em todos os seus setores.

Na revista *Época*, a tática de formulação também pode ser encontrada, na edição do dia 24 de agosto, na qual publicou reportagem que foi destaque de capa e causou polêmica: *Eles merecem ganhar tanto? (É você quem paga)*. (José Fucs).

O autor posiciona-se contra o movimento grevista e contra o funcionalismo público.

No momento em que compara o Estado brasileiro a um elefante, gigante e ineficiente fica implícita a concepção de mundo da própria revista, a do liberalismo econômico e a defesa do Estado mínimo. Ou seja, a defesa da mínima interferência do Estado na economia. Como pode ser constatado nos trechos aqui destacados:

“As greves que pararam o país e os supersalários do funcionalismo público colocaram na agenda o problema da remuneração do setor público. Já estava na hora”; e no segmento: “Um elefante incomoda muita gente. Dois elefantes incomodam, incomodam muito mais. Quando são gordos, movimentam-se com dificuldade. E, quando param no meio do caminho, impedem que os outros sigam em frente. Gigante e ineficiente, o Estado brasileiro é frequentemente comparado a um elefante”. Fucs trava uma comparação entre um elefante, grande e pesado, com o Estado brasileiro.

No mesmo dia, na revista *IstoÉ*, tem-se a seguinte reportagem: *Quem são os grevistas que desafiam o Brasil*. (Claudio Dantas e Adriana Nicacio). Defende a ideia de que os grevistas não merecem ter suas reivindicações atendidas, pois ganham um bom salário. Assim, busca deslegitimar o movimento grevista e o funcionalismo público federal. “A maior paralisação de servidores federais da história impede que remédios cheguem aos hospitais, afrouxa a segurança e os planos dos líderes do movimento”.

Na edição de 1º de setembro, da *Época*, constata-se a presença de formulação da concepção de Estado mínimo. Como pode ser verificado:

O combate à bagunça salarial. (José Fucs).

O autor aponta como benefício para o país o fortalecimento da ideia de que o funcionalismo público consome recursos demais e entrega serviços de menos. Por esse modo, defende uma reforma no funcionalismo. Pode-se identificar a defesa da concepção do Estado mínimo.

A ideia da revista, de novo, é legitimada pela “fala de autoridade”, agora do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Antônio Delfim Neto: “A ideia de que os salários são proporcionais à produtividade do trabalho é absolutamente falsa”. “O funcionário público tem de ser respeitado, mas também tem de respeitar a sociedade. Quem paga a conta dos aumentos é o povo”. A mesma tática é constatada em outra “fala de autoridade”, desta vez na figura recorrente do economista e especialista em contas públicas, Raul Veloso, que diz: “É por isso que se deve ter um cuidado cirúrgico na definição dos salários e nas contratações do setor público, porque as decisões tomadas hoje terão impacto pelos próximos 40 ou 50 anos”. E repete-se nos trechos: “Será preciso muito mais que uma faxina para pôr em ordem a administração dos recursos humanos do governo federal”, diz o economista Roberto Macedo, que vem se debruçando nos últimos tempos sobre o que chama de “bagunça salarial” do governo”.

Policimento:

Apenas *Carta Capital* utilizou como tática fiscalizar o campo político. A revista “fiscaliza” obras feitas pelo governo federal. A tática é constatada em apenas uma edição da revista no dia 15 de junho:

Reuni e falta de diálogo com o governo são os principais motivos da greve das universidades federais. (Marcelo Pellegrini).

Tática verificada no trecho: “Nele, a reportagem de *CartaCapital* checou a carência de laboratórios de informática, ausência de restaurante e moradia universitária e superlotação de salas para os alunos estudar”.

O objetivo da revista é mostrar aos leitores alguns dos fatores que contribuíram para a greve nas instituições de ensino.

Ataque ao inimigo/adversário:

A primeira edição em que é contatado o “ataque ao inimigo” é na revista *IstoÉ*, na edição de cinco de junho de 2012: *PSDB responsabiliza Haddad por greve nas federais*. (Guilherme Waltenberg e Agência Estado).

Verifica-se na reportagem o uso da tática de ataque ao inimigo. No caso, o inimigo é o ex-ministro da educação Fernando Haddad, atual prefeito de São Paulo, e o Partido dos Trabalhadores, pois durante o texto a revista sustenta as críticas feitas pelo PSDB ao PT. “A estratégia de utilizar a greve nas universidades federais para criticar a atuação de Haddad no Ministério da Educação mobilizou desde o presidente nacional do PSDB, Sergio Guerra, e o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias, até lideranças locais em São Paulo, como o vereador Floriano Pesaro”.

Os líderes tucanos responsabilizavam Haddad pela greve nas universidades. “Para o líder do PSDB no Senado Federal, durante o tempo em que Haddad foi ministro, não houve planejamento no setor e sobraram planos eleitoreiros: “Muito marketing para pouco resultado.””. “Em entrevista à Agência Estado, Sérgio Guerra classificou de “fraudulento” o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), desenvolvido por Haddad quando era ministro. ””. Ainda segundo Sérgio Guerra, “Se (Haddad) tivesse sido um ministro da Educação como o Serra foi da Saúde, teria sido perfeito.”. Percebe-se neste último trecho um comparativo entre PSDB e PT,

onde o primeiro é classificado como positivo/perfeito, ficando implícito que o segundo não tem as mesmas qualidades.

Veja também se posiciona contra o PT, e ataca Lula, na edição do dia 11 de julho:

Reuni: CGU aponta 'sistemática de atrasos' em obras das universidades federais. (Natália Goulart e Leticia Maggi).

Com o objetivo de criticar o governo e o PT, por meio das obras inacabadas do Reuni, a revista ataca Lula ao dizer que ele “se vangloriava” pela expansão das universidades públicas e quando diz que “Só faltou o então presidente dizer que a expansão viria na base do improvisado”.

Quando fala do lançamento do Reuni em 2007, reitera que o Ministério da Educação era governado pelo PT, tendo como objetivo criticar o Partido dos Trabalhadores, classificando-se como ataque ao inimigo/adversário. No seguinte trecho: “Em 2007, no lançamento do Reuni, a estimativa do MEC, então comandado pelo candidato à prefeitura de São Paulo Fernando Haddad (PT) [...]”.

Os ataques ao Partido dos Trabalhadores continuam nas edições de *Veja*. No dia 14 de agosto, a matéria trata da análise do ex-presidente FHC acerca da greve: *Expansão de universidades feita pelo PT tem resultado píffio, diz FHC.* (Carolina Freitas).

A tomada de posição fica clara já no título do texto, pois o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, é adversário político do PT, e a revista dedicou uma reportagem baseada primordialmente em declarações do tucano sobre o atual governo.

Ao longo do texto o ex-presidente compara o seu governo com o atual, de modo a criticar o PT. Deixando clara a presença da tática de ataque ao inimigo.

Os depoimentos de Fernando Henrique criticam diretamente o Partido dos Trabalhadores, denotando ataque ao partido. “Para o ex-presidente, não faltam recursos para a educação, mas sim gestão”. “Ele afirmou que, durante o governo do PT, o Ministério da Educação foi aparelhado por integrantes das diversas correntes do partido, o que prejudicou a eficiência do órgão”.

Novamente a tática de ataque ao inimigo é constatada em *Veja*, e o adversário permanece sendo o Partido dos Trabalhadores. Na edição de 22 de agosto, a crítica não parte de um jornalista da revista, mas de um leitor. Esta matéria está sendo considerada por entender-se que ela foi publicada na página online da revista, na coluna “Política & Cia”, da mesma maneira que as edições assinadas por jornalistas.

Greve nas universidades: governo petista prova agora um pouco do remédio amargo que produziu para os outros. (Clóvis Bandeira – leitor).

O autor faz críticas duras contra o PT, contra o governo, contra os docentes e a greve. Verifica-se claramente a tática de ataque ao inimigo: “Abaixo da frase, vejo os logotipos das várias associações de classe, sindicatos e centrais pelegas que organizaram e impõem a greve”. “Por negociar entendem ceder, submeter-se à vontade dos todo poderosos sindicalistas, donos da verdade, enviados divinos para estabelecer sua justiça entre os homens”.

O ataque ao Partido dos Trabalhadores é nítido no segmento: “Enquanto estive na oposição, o partido da presidente da República estimulou e defendeu o grevismo radical sempre que pode. No poder, fortaleceu e encheu de privilégios os sindicatos e associações de classe, pensando, com certeza, em usá-los como companheiros de viagem em sua intenção de perpetuar-se no poder. [...] O governo, agora, toma um pouco do remédio amargo que produziu para os outros”.

Na edição de 24 de agosto de 2012, da revista *IstoÉ*, o ataque passa a ser contra os grevistas, tanto os docentes quanto grevistas de outras categorias que estavam paradas no país:

Quem são os grevistas que desafiam o Brasil. (Claudio Dantas Siqueira e Adriana Nicacio).

Na reportagem, constata-se a presença da tática de ataque ao inimigo, além de formulação, analisada anteriormente. A revista ataca os grevistas, critica, desqualifica e/ou deslegitima o movimento, por exemplo, no momento em que o classifica de

oportunista, acrescentando: “O prejuízo até agora ultrapassa R\$ 1 bilhão, mas os danos sociais são incalculáveis”.

E acrescenta, ironicamente: “Várias dessas estrelas emergentes têm pouca ou nenhuma tradição na luta sindical. Raramente saem de seus gabinetes para negociar e, por seus altos salários e perfil empresarial, ganharam da presidenta Dilma Rousseff a alcunha de “grevistas de sangue azul”. Esse grupo é considerado a elite do funcionalismo público, com salários entre R\$ 10 mil e R\$ 25 mil, altamente qualificado, com cursos de pós-graduação, mestrado e até doutorado”.

O ataque aos grevistas pode também ser verificado em fotos que foram editadas e escurecidas, com subexposição, uma delas intitulada “sem trabalhar” e a outra “parados” (disponíveis em anexo). As imagens subexpostas passam uma ideia negativa ou obscura dos manifestantes.

Há outros trechos em que é possível constatar o ataque, como por exemplo, quando se refere ao movimento grevista como “perverso”: “Enquanto o impasse não termina, milhões de brasileiros continuam sofrendo os efeitos perversos do movimento grevista. Reivindicar melhores salários é legítimo, o que não é certo é deixar um País inteiro refém do movimento”.

Além de atacar os grevistas, a revista coloca todos os setores em greve em uma mesma plataforma de reivindicação, como pode ser analisado no segmento: “A ausência de um conteúdo político nas manifestações é outra característica desse novo sindicalismo, que busca, acima de tudo, resultados financeiros”.

Consolidação do consenso de grupo:

As revistas *Carta Capital* e *Época* posicionaram-se visando à consolidação de um consenso entre seu grupo. A edição de 15 de junho de 2012, de *Carta Capital*, demonstra apoiar os docentes em greve, por meio dos posicionamentos e a busca de consolidação de consenso:

Reuni e falta de diálogo com o governo são os principais motivos da greve das universidades federais. (Marcelo Pellegrini).

O autor expõe os motivos que levaram à greve nas universidades, razões que são apoiadas na reportagem. É constatada como tomada de posição a consolidação deste consenso de apoio aos docentes em greve e da legitimidade do movimento. A posição da revista pode ser constatada nos trechos destacados abaixo:

“As reivindicações do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) são antigas e giram em torno de uma reestruturação do plano de carreira dos docentes e melhores condições de trabalho”. E continua:

“A gênese das más condições de trabalho está no que deveria ser a solução para décadas de estagnação da rede federal de ensino superior público: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”. E “fiscaliza” as obras do Reuni com intuito de divulgar aos leitores um dos motivos que levou à greve, os problemas de infraestrutura das instituições:

“Entre as obras em execução, 90 enfrentam problemas – quebra de contrato com as empresas, abandono de canteiros de obras e outras razões. O campus de Guarulhos da Unifesp, na grande São Paulo, é um desses casos”.

Na *Carta Capital* de nove de julho, o autor aproveita as insatisfações dos docentes e estudantes em greve para consolidar a opinião de que o Brasil precisa que seja investido em educação 10% do PIB:

O que quebrará o país? (Vladimir Saflate).

O texto crítica a posição do ministro da Fazenda, Guido Mantega, a respeito da sua declaração de que 10% do PIB para a educação quebraria o país. Saflate faz críticas ao governo em relação à administração na área de educação, buscando a consolidação deste consenso, como pode ser constatado nos trechos: “Neste exato momento, o Brasil assiste a praticamente todas as universidades federais em greve. Uma greve que não

pede apenas melhores salários para o quadro de professores e funcionários, mas investimentos mais rápidos em infraestrutura”. E complementa:

“**O investimento em** [negrito do autor] educação é, além de socialmente importante, economicamente decisivo. O governo ainda não compreendeu que o gasto das famílias com educação privada é um dos maiores freios para o desenvolvimento econômico”.

Em 24 de julho, na *Época*, foi contatada a presença da posição de consolidação do consenso de grupo:

Governo cede e faz nova proposta de reajuste a professores universitários. (redação Época com Agência Brasil).

O texto é todo organizado de maneira que se percebe a intenção pró-governo, pois a matéria apresenta apenas a proposta feita pelo governo aos docentes, sem que a parte interessada, no caso os grevistas, fossem ouvidos, com isso desconsiderando a objetividade jornalística.

Constata-se que a revista toma posição, consolidando o consenso de grupo, constituído por aqueles que partilham do mesmo ponto de vista, ou seja, aos que apoiam o governo e a sua proposta, que objetiva pôr fim a greve das federais. A posição da revista é verificada na medida em que apenas a “fala oficial” aparece no texto. Os depoimentos são do secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça: “Em uma negociação sempre tem margem, mas o governo já fez movimento de avanço ouvindo críticas e necessidades. Estamos convictos que essa é proposta para fazer acordo”. E a declaração do secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marco Antônio de Oliveira: “Nós já adaptamos a proposta, fizemos uma série de alterações. No caso de valores, chegamos ao limite. Temos que pensar na situação que o país está vivendo de incertezas, que decorre do cenário de crise internacional”.

Expansão das bases de apoio:

Todas as revistas analisadas posicionaram-se em algum momento visando expandir suas bases de apoio.

Esta tomada de posição é constatada na reportagem da edição de 29 de junho, na *IstoÉ*. A revista visa expandir seu ponto de vista que é de desaprovação aos docentes grevistas. *Prejudicados pela greve*. (Paula Rocha):

O ponto de vista da autora é o de que a greve não tem razão de existir. Ela busca ampliar suas bases de apoio por meio dos estudantes que estão sendo prejudicados com a greve. No decorrer do texto, há apenas depoimentos de estudantes e docentes contrários ao movimento. Além dos depoimentos, acrescenta: “Os problemas para aqueles que estão sem aulas vão desde o atraso na conclusão de curso até a perda de prazo de cursos de pós-graduação, no Brasil e no Exterior”. O professor da UnB, Remi Castione, diz: “Paralisações só valem a pena se a sociedade apoiar a causa e se mostrar disposta a abrir mão de uma parte do orçamento, que será revertido para pagar as despesas de pessoal na área da educação”. Como Rocha não traz no texto declarações de apoio à greve, que era a opinião da maioria dos estudantes e, principalmente, dos docentes, ela descumpra o princípio jornalístico de dar “voz” a todas as partes envolvidas ou com interesse na pauta reportada.

A mesma posição é verificada na edição de 2 de agosto, de *Veja: Universidades federais defendem manutenção da greve* (Lígia Fomenti):

Constata-se a tática de expansão das bases de apoio no discurso jornalístico, com o objetivo de obter o apoio do leitor acerca do ponto de vista da publicação, que é a aprovação da proposta apresentada pelo governo aos docentes. A revista oculta aspectos importantes da proposta feita pelo governo federal, não informa o valor real do reajuste que dentre outras coisas não prevê a inflação para os próximos três anos (período em que os salários serão reajustados). O trecho é elucidativo: “Neste mês, duas versões foram apresentadas para o movimento grevista. A última prevê reajuste de aumento entre 25% e 40% até 2015, um plano de carreira com 13 níveis, em vez dos 17 inicialmente sugeridos - o que tornaria uma ascensão mais rápida e a criação de um grupo de trabalho para discutir mais detalhadamente a progressão na carreira”. Em tempo, essa reprodução da versão oficial da proposta apresentada pelo governo repete-se em várias outras matérias de *Veja*.

Em *Época* de 1º de setembro, também há o uso do posicionamento visando ampliar a base. *O combate à bagunça salarial*. (José Fucs).

No artigo, Fucs visa ampliar as bases de apoio junto aos leitores que não têm estabilidade no emprego, salário integral após aposentadoria etc.:

“No mundo real, aquele em que vivem os brasileiros que não tem estabilidade no emprego nem se aposentam com o salário integral da ativa, parece cada vez mais madura a ideia de que alguma coisa precisa ser feita para o país deixar de ser um eterno refém do funcionalismo. [...] É difícil, para quem sofre com as filas nos aeroportos, as revistas abusivas nas estradas, a retenção de cargas nos portos e a longa paralisação das aulas nas universidades, enxergar o lado positivo da atual onde de greves do funcionalismo federal”.

Conclui o texto com a seguinte formulação: “Com o endurecimento das negociações com os grevistas, Dilma abriu o caminho para aquela que é, talvez, a mais importante reforma do país, a reforma do funcionalismo”. O autor visa persuadir o leitor, principalmente os que se encaixam nas categorias prejudicadas pela greve, para que se coloquem contra o movimento grevista.

A propósito, haja vista as táticas e tomadas de posição não serem categorias estanques, são complementares e estabelecem continuidades entre si. Em razão disso, em alguns textos, não foi possível analisá-las separadamente.

Formulação e consolidação do consenso de grupo:

Na edição de 13 de julho, na revista *Veja*, há a junção da tática de formulação com a tomada de posição de consolidação de um consenso:

Reuni: atraso em obras ameaça excelência da Unifesp. (Lectícia Maggi).

A revista defende a ideia de que o governo não tem cumprido o seu papel e desqualifica o funcionalismo público, opinião que é consolidada novamente pela “fala de

autoridade” do economista Raul Veloso: “A morosidade do sistema público não é novidade. A legislação é tão burocrática que só uma gestão muito eficiente pode dar conta de cumprir os prazos e orçamentos. Infelizmente, não é o que vemos”. Mais uma vez a opinião da revista é implicitamente imposta por meio da fala de Veloso. Novamente ferindo os princípios da objetividade jornalística.

Consolidação do consenso de grupo e expansão das bases de apoio:

Na edição de *Carta Capital* de 25 de julho, é constatada a tomada de posição visando consenso, juntamente com a busca da expansão das bases de apoio:

A raiz do enfrentamento. (Leonardo Avritzer).

O autor apoia o governo atual e o PT, defendendo a ideia de que a raiz dos problemas enfrentados atualmente na educação possui origem no antigo governo FHC. Portanto, ele busca a consolidação da legitimidade da greve nas universidades federais e, ao mesmo tempo, visa a expansão de apoio dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, ou seja, pretende ampliar o apoio junto às bases do PT. O que pode ser verificado nos trechos: “E mesmo o neoliberalismo não foi capaz de desestruturar o sistema federal de ensino e pesquisa existente no país (apensar de algumas políticas do governo FHC terem apontado nesta direção, como o incentivo às aposentadorias e o arrocho salarial entre 1994-1998)”.

Em relação ao Partido dos Trabalhadores, afirma: “O governo Lula herdou um sistema universitário federal praticamente sucateado, no qual o governo federal não havia investido, seja para aumentar o salário dos professores, seja para ampliar a qualidade do sistema”.

Expansão das bases de apoio e ataque ao inimigo/adversário:

A conjunção das categorias de expansão das bases e “ataque” é constatada em *Época*, a primeira no dia oito de julho:

A greve remunerada dos professores universitários (Alberto Carlos Almeida).

A tomada de posição pela expansão das bases é verificada em vários trechos do texto, utilizada visando obter o apoio dos leitores à ideia de que a greve deve ter fim, pois apenas prejudica os estudantes, não havendo motivos para a realização das paralisações: “Você, leitor, provavelmente nunca teve o privilégio de parar de trabalhar e, mesmo assim, continuar recebendo o salário integral na data correta. [...] Igualmente grave é sermos nós, contribuintes, que pagamos o salário de quem não trabalha. É um absurdo em cima de outro absurdo. Os professores grevistas, em sua maioria, concluíram o doutorado, ao passo que a grande maioria dos brasileiros jamais pôs os pés num curso de graduação”.

Além da expansão das bases de apoio, Almeida utiliza tática de ataque ao inimigo/adversário, pois critica de modo contundente os docentes grevistas, como podem ser constatados nos fragmentos do texto: “Para os grevistas, só um tipo de recurso não é pecaminoso e assegura a independência acadêmica: aquele que vem do Tesouro nacional – do nosso bolso”.

Almeida utiliza um argumento infundado para persuadir o leitor: de que o governo aumentaria os impostos dos contribuintes caso decidisse por atender os docentes, algo que em nenhum momento das negociações foi dito pelos representantes do governo: “A minoria mais qualificada do ponto de vista formal e, portanto, mais preparada para obter recursos com o próprio mérito. Mas não querem isso. Preferem mais impostos. Sim, pois, caso o governo ceda às reivindicações dos grevistas remunerados, terá de aumentar os impostos, uma vez que elas resultariam em mais gastos”.

Novamente as duas tomadas, em um artigo de opinião, na edição de 17 de agosto:

O padrão suicida das greves (Ruth de Aquino).

O texto refere-se a todas as categorias que estavam em greve no país, não somente a categoria dos docentes. A autora critica as paralisações e os grevistas com a intenção de desqualificar o movimento e, por meio da tática de expansão das bases de apoio, ela

visa obter a adesão dos leitores acerca do seu ponto de vista, na tentativa de fazer com que estes se voltem contra os grevistas, verificando-se também a tática de ataque ao inimigo/adversário. Como constatado nos segmentos seguintes: “Greves que considere irresponsáveis por infernizar a vida de inocentes que ganham bem menos”.

Acrescenta: “Será difícil para grevistas com estabilidade e salários em torno de R\$ 10.000 ganhar apoio, ainda mais pelo desrespeito à população. Por que os 300 mil funcionários parados não vão para Brasília e fazem um protesto gigante na Praça dos Três Poderes? Talvez porque o ar esteja seco demais na Capital. Dá preguiça. Exige planejamento”.

Aquino fala diretamente ao leitor buscando proximidade, e cita direitos básicos dos cidadãos, alguns dos quais em algum grau foram prejudicados por setores em greve, colocando assim, todas as esferas em greve em um mesmo patamar estereotipado:

“Eles não têm o direito de parar o país, parar você, me parar, parar os carros e caminhões, parar o estudo de nossos filhos, parar a assistência médica a nossos parentes, parar a importação de remédios. Isso não se chama greve, mas abuso de poder”.

Estas foram as análises das revistas *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época*, feitas com base nas ferramentas propostas por Gramsci, para o estudo da imprensa enquanto partido político. Os links de todos os textos analisados estão disponíveis em anexo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das revistas *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época* permitiram confirmar a hipótese de que as mesmas atuaram como partido político na cobertura da greve das universidades federais, no período de maio a setembro de 2012. Nesse sentido, os objetivos a que se propunha o presente trabalho foram alcançados com sucesso. As revistas atuaram como partido político com a intenção de legitimação do poder e garantia da credibilidade. Além da atuação partidária da imprensa, constata-se por meio deste estudo a heteronomia entre os campos jornalístico, político e econômico.

Constatou-se que as revistas infringiram princípios jornalísticos, como a objetividade. Por exemplo, na *Época* de 24 de julho: “*Governo cede e faz nova proposta de reajuste a professores universitários*”, onde a revista agiu pró-governo e não deu “voz” aos grevistas. O mesmo acontece na revista *IstoÉ*, de 29 de junho “*Prejudicados pela greve*”, apenas a opinião de opositores do movimento grevista é veiculada com a intenção de convencer o leitor da não necessidade da greve. Na edição de 13 de julho da *Veja*, “*Reuni: atrasos em obras ameaça excelência da Unifesp*”, a revista desqualifica o funcionalismo público e afirma que o governo descumpre suas funções. A opinião de oposição ao governo está implícita no discurso da revista.

Por conta da hegemonia conquistada por algumas revistas perante os demais veículos de comunicação, algumas delas “sentem-se” no poder de fazer alegações infundadas e absurdas com o intuito de convencer seus leitores, como no caso da reportagem de Alberto Carlos Almeida, na *Época*, “A greve remunerada dos professores universitários”. Como mencionado, Almeida afirma que o governo aumentaria os impostos dos contribuintes caso tivesse de reajustar o salário dos professores. A revista age desta maneira pelo fato de já ter conquistado, além de hegemonia, credibilidade, capital social específico de maior valor dentro do campo jornalístico.

A análise da atuação partidária das revistas durante a cobertura da greve das universidades federais foi feita por meio da aplicação de categorias analíticas gramscianas, classificadas em “táticas” e “tomadas de posição”. As revistas formularam e organizaram seus discursos com vistas a convencer acerca de suas ideias e concepções. Assim como posicionaram-se visando à consolidação de consensos de grupo, seja na intenção de apoio ou oposição aos docentes, junto a leitores, estudantes e partidos políticos. Os veículos também visaram ampliar suas bases de apoio, principalmente entre seus leitores, tanto na adesão aos docentes quanto em oposição ao movimento grevista. Ainda, três das revistas estudadas, atuaram atacando seus adversários, tal qual fariam se fossem partidos políticos.

Em suma, pode ser constatado que apenas a revista *Carta Capital* agiu pró-greve, ou seja, apoiou o movimento grevista em suas edições. A revista *Época* de modo geral demonstrou, de modo sucinto, apoio ao governo Dilma (não demonstrou apoio ao

Partido dos Trabalhadores como um todo, mas sim à fração majoritária no governo). As revistas *IstoÉ* e *Carta Capital* mantiveram-se “neutras” no que se refere ao governo, enquanto *Veja* colocou-se em oposição aos grevistas e ao governo.

As quatro revistas são de grande circulação no país e veículos que já conquistaram credibilidade no mercado e hegemonia perante concorrentes e agentes sociais. Portanto, são representativas da grande imprensa nacional ou, noutros termos, da imprensa de referência brasileira. Destarte, pode-se constatar que a grande imprensa agiu partidariamente ao cobrir a greve das instituições federais de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal.andes>. Acesso em: 01 jun. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Artigo 207**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2420396/art-207-da-constituicao-federal-de-88> Acesso em: 06 jun. 2013.

BRAVO, Guilherme. **O partido Impreso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

CASARIN, Liara. **O campo da mídia de larga escala de produção como partido político: Veja e o caso mensalão**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Maria: Frederico Westphalen, 2010.

CORRÊA, Thomaz. **A era das revistas de consumo**. In.: MARTINS, A; LUCA, T. (org). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

FILHO, Alves Aluizio. **A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia**. v. 5. nº 15. p. 86 a 118. Rio de Janeiro, ago/dez 2000.

FREITAS NETO, José A. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto**. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/ed_03_junho2011_historia_reformauniversitaria.php. Acesso em: 09 jul. 2013

GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus. 2004.

LOURENÇO FILHO; PORTO. **Autonomia Universitária, Democracia e Produção Crítica do Saber**. Artigo publicado na revista C&D. nº 27. 2008. Disponível em: http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250%3Aautonomia-universitaria-democracia-e-producao-critica-do-saber&catid=85%3Aconstituicao-a-democracia&Itemid=2492&lang=br Acesso em: 07 jun. 2013.

MARTINS, Ana; LUCA, Tania (organizadoras). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação**: por uma teoria da comunicação praxiológica. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção Comunicação).

OTRANTO, Celia Regina. **A autonomia universitária como construção coletiva**. GT: Política e educação superior/n.11. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t113.pdf> Acesso em: 06 jun. 2013.

Seção Sindical da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:
http://www.andes-ufsc.org.br/?page_id=2. Acesso em: 01 jun. 2013.

Seção Sindical UFVJM. Disponível em:
<http://www.ufvjm.edu.br/site/sindfafeid/historico/historico-do-andes-sn/> Acesso em: 01 jun. 2013.

SILVA, C. **Veja: o indispensável partido neo-liberal**. 2005. Tese de doutorado. UFF – UNIOESTE.

SOUSA, Medeiros Jandilma. **O poder e o intelectual segundo Gramsci**. Revista do TRT da 13ª região. 1998.

ANEXOS

01 - Mercadante compara problemas de infraestrutura das universidades federais a ‘dores do parto’ - <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/mercadante-compara-problemas-de-infraestrutura-das-universidades-federais-a-dores-do-parto>

02 - Reuni: CGU aponta ‘sistemática de atrasos’ em obras das universidades federais - <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/reuni-cgu-aponta-%E2%80%98sistemática-de-atrasos%E2%80%99-em-obras-das-universidades-federais#texto%201>

03 - Reuni: atraso em obras ameaça excelência da Unifesp - <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/reuni-atraso-em-obras-ameaca-excelencia-da-unifesp>

04 - Universidades federais defendem manutenção da greve - <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/universidades-federais-defendem-manutencao-da-greve>

05 - Expansão de universidades feita pelo PT tem resultado píffio, diz FHC - <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/expansao-de-universidades-feita-pelo-pt-tem-resultado-pifio-diz-fhc>

06 - Greve nas universidades: governo petista prova agora um pouco do remédio amargo que produziu para os outros - <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/greve-nas-universidades-governo-petista-prova-agora-um-pouco-do-remedio-amargo-que-produziu-para-os-outros/>

07 - Reuni e falta de diálogo com o governo são os principais motivos da greve das universidades federais - <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/reuni-e-falta-de-dialogo-com-o-governo-sao-os-principais-motivos-da-greve-das-universidades-federais/>

08 - O que quebrará o País? <http://www.cartacapital.com.br/colunistas/educacao/o-que-quebrara-o-pais>

09 - A raiz do enfrentamento - <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-raiz-do-enfrentamento/>

10 - A greve remunerada dos professores universitários - <http://revistaepoca.globo.com/opiniao/noticia/2012/07/greve-remunerada-dos-professores-universitarios.html>

11 - O combate à bagunça salarial - <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/09/o-combate-bagunca-salarial.html>

12 - O padrão suicida das greves - <http://revistaepoca.globo.com/Mente-aberta/ruth-de-aquino/noticia/2012/08/o-padrao-suicida-das-greves.html>

13 - Governo cede e faz nova proposta de reajuste a professores universitários - <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/07/governo-cede-e-faz-nova-proposta-de-reajuste-professores-universitarios.html>

14 - Eles merecem ganhar tanto? (É você quem paga) - <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/08/eles-merecem-ganhar-tanto-e-voce-quem-paga.html>

15 - Prejudicados pela greve - http://www.istoe.com.br/reportagens/218113_PREJUDICADOS+PELA+GREVE

16 - PSDB responsabiliza Haddad por greve nas federais - http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/86299_PSDB+RESPONSABILIZA+HADDA+D+POR+GREVE+NAS+FEDERAIS

17 - Quem são os grevistas que desafiam o Brasil - http://www.istoe.com.br/reportagens/232418_QUEM+SAO+OS+GREVISTAS+QUE+DESAFIAM+O+BRASIL

ANEXO FOTOS

A – “Sem Trabalhar”



B – “Parados”



¹ Andressa Costa Prates, e-mail: andressa.prates@hotmail.com. País: Brasil. Currículo lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4684646H9> Artigo científico apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria.